

COMUNICAÇÃO

PROCESSO DE TRABALHO E DESGASTE OPERÁRIO: um estudo de caso*

Elisa Amélia Souto Rocha

Neste trabalho relato os principais resultados de uma recente pesquisa, na qual procuro descrever e analisar o padrão de desgaste do trabalhador na indústria, tal como expresso nas formas imediatas de ruptura da integridade física e mental dos indivíduos - os acidentes de trabalho.

A análise do nexos entre trabalho e saúde se faz a partir da observação do desgaste, potencial e efetivo, presente numa planta de fertilizantes nitrogenados; para tanto, atenta-se para as especificidades da produção petroquímica, tal como organizada e gerida no I^o Pólo Petroquímico Brasileiro, o mais importante complexo industrial do setor, localizado em Camaçari, Bahia.

Parto da suposição inicial de que as formas de gestão implementadas no Pólo Petroquímico, redefinindo a natureza dos determinantes tecnológicos associados ao processo produtivo, submetem os seus trabalhadores a um complexo elenco de cargas de trabalho. Da dinâmica combinação destas resultam, para o trabalhador, a fadiga, o sofrimento, o acidente e as doenças profissionais.

O entendimento teórico do nexos entre trabalho e saúde tomou-se possível com a revisão da literatura sobre processo de trabalho e desgaste operário, dedicada a entender diferentes processos de trabalho e seus padrões de gestão e organização aliados às cargas de trabalho, reveladoras do desgaste; exponho as idéias de Asa Cristina Laurell, sistematizadora dos conceitos de desgaste operário e de cargas de traba-

Comunicação elaborada a partir de resultados da dissertação Processo de trabalho e desgaste operário: um estudo de caso, defendida em 1991 junto ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Para a sua elaboração foi imprescindível o apoio financeiro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Interamerican Foundation (IAF), além da colaboração institucional do Centro de Recursos Humanos (CRH/UFBa). Socióloga e Mestre em Ciências Sociais pela UFBA.

Cademo CRH, n. 16, p. 113-120, jan/jun, 1992.

lho. Embora sem fazer dele um marco para o desenho da investigação, procurei também inspiração nas modernas interpretações sobre a questão do sofrimento e do prazer no trabalho, pioneiramente plantadas na psicopatologia de Christophe Dejours.

Isto posto, procuro caracterizar o caso selecionado para estudo: uma empresa de capital estatal, precursora da petroquímica na Bahia, que entrou em operação com duas plantas desde 1971. A existência de um estudo anterior sobre a mesma empresa, conduzido em 1987 por Antonio Sérgio Guimarães, abriu, sem dúvida, amplas possibilidades de comparação.

Afora este, vários outros aspectos tornaram a Empresa relevante para a análise empírica: seu papel fundamental dentro do Pólo Petroquímico, considerada uma segunda Central de Matérias-Primas do Pólo; os diferentes graus de automatização da sua planta, o que permitiu verificar de que maneira o maior ou menor grau de modernização tecnológica impacta sobre os acidentes de trabalho; o significativo papel que seus assalariados vêm desempenhando dentro do movimento sindical baiano, através do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Petroquímicas da Bahia - SINDIQUÍMICA; e os diferentes níveis de toxicidade das principais substâncias produzidas pela Empresa - amônia, uréia, ácido nítrico - cuja fabricação, ocorrendo num mesmo sítio industrial, potencializa a ação danosa de cada uma delas.

Após situar a Empresa no cenário da economia baiana, no contexto das empresas estatais e no Pólo Petroquímico, dedico-me a analisar a sua política de gestão do trabalho, pontuando os elementos de mudança que vão se tecendo ao longo da década de 80, especificamente a gestão da segurança industrial - um dos eixos da política de relações industriais; mas, entendê-la requereu, ainda, analisar os discursos que sobre ela desenvolveram os trabalhadores e o Sindicato.

Nesse percurso analítico foi essencial a descrição do processo produtivo e da organização do trabalho, mapeando os riscos potencialmente presentes nas plantas e observando seus fatores diferenciadores, segundo as várias unidades da Empresa. Em seguida, analiso os acidentes de trabalho ocorridos na Empresa no período de 1985-1990, particularmente rico em especificidades.

A análise dos dados parece documentar com clareza alguns resultados que passarei a expor. Inicialmente, verifiquei que o tipo de desgaste sofrido pelo trabalhador depende tanto da natureza material/concreta do processo produtivo, quanto da forma de organização e gestão do processo de trabalho. Nesse sentido, a indústria de fluxo contínuo, e particularmente a petroquímica, imprime novas dimensões ao desgaste; embora mais complexas e sutis, elas apresentam traços em comum, mesmo com as chamadas "indústrias tradicionais".

Particularmente sobre a empresa em foco, podemos afirmar que o mapeamento dos riscos nas cinco unidades produtivas da fábrica evidenciou que a gestão do risco se diferenciava segundo as plantas, muito embora algumas constantes também se apresentassem, como a falta de manutenção dos equipamentos e a precária higiene industrial, notadamente em três importantes unidades.

Fatores técnicos e de gestão foram se tecendo de maneira a conformar o quadro acidentário da força de trabalho da Empresa. No que diz respeito aos fatores técnicos, sabe-se que nos períodos de parada e partida das unidades o desgaste da força de trabalho é especialmente grande. Além da tensão psicológica, o operador faz mais esforço físico devido ao aumento do número de manobras de campo e ao maior número de deslocamentos da área operacional para a sala de controle.

Quanto aos fatores de gestão, tudo indica que as mudanças experimentadas na Empresa ao longo da década de 80 também impactaram no quadro acidentário da sua força de trabalho. Estas transformações levaram ao enxugamento de pessoal (entre 1989 e 1990 o enxugamento de pessoal diretamente contratado foi da ordem de 17,8%), ao corte nos benefícios sociais (como alimentação, diminuição da frota de ônibus e o aumento dos percentuais de pagamento de assistência médica a cargo dos empregados) e ao fim dos programas participativos (importante termômetro de estado das relações industriais, até um passado recente).

Todas essas iniciativas indicam um quadro de profundas mudanças na gestão do trabalho. Em verdade, elas tomaram corpo na Empresa no início da década, em 1983, com o começo da política mais restritiva do Estado para com as estatais. Esse processo foi inicialmente lento, só se intensificando no fim do governo Sarney, quando começaram as discussões sobre a privatização.

Com o governo Collor, a Empresa entrou em licitação para a venda, depois de ter efetivado uma série de medidas de racionalização de custos. Essas puseram fim a uma longa fase de gestão paternalista, característica das estatais em geral e do grupo Petrobrás, em especial. Todas essas transformações aproximaram-na do tipo de gestão das empresas privadas do Pólo Petroquímico, afastando-a do modelo estatal, comumente associada a formas mais democráticas de gerenciamento.

A insatisfação dos trabalhadores pode ser perceptível no seu discurso sobre a gestão do desgaste levada à cabo pela Empresa. Durante os três anos de realização do programa participativo "Balanço Social" (1984, 1987 e 1989), a avaliação negativa sobre a política de segurança industrial, saúde e meio ambiente da Empresa é crescente. Tudo indica, no entanto, que o ano de 1988 foi crucial na expressão dessa insatisfação. Neste ano, mudou-se a filosofia de gestão do desgaste,

introduzindo uma sistemática de responsabilização difusa e coletiva pela segurança de todos e de cada um, que acarretou a retirada dos inspetores de segurança do turno e a extinção das brigadas de emergência. Essas mudanças refletiram a necessidade de redução de custos, estendendo a racionalização do trabalho à área de segurança industrial.

Ao longo desse processo, o coletivo operário não deixou de exercer sua influência em momentos decisivos da definição da política de segurança, saúde e meio ambiente da Empresa, seja através da pressão do sindicato, seja através de instâncias formais (CIPA) e informais (CIS - Comissão Interna de Segurança) ao interior da fábrica. Assim, o surgimento, em 1980, do órgão encarregado de formular e negociar a política de bem-estar social, seguiu-se a um intenso processo de mobilização sindical dos petroquímicos, ocorrido em 1979, e a importantes iniciativas autônomas dos trabalhadores da Empresa no sentido de gerenciar o desgaste através das CIS's. Em 1985, ocorreu a greve geral do Pólo Petroquímico e significativamente, no ano seguinte, consolidou-se o primeiro órgão específico de segurança industrial, saúde ocupacional e meio ambiente.

Entretanto, apesar do importante ativismo sindical que tem caracterizado os trabalhadores da fábrica, este não se refletiu necessariamente num preciso conhecimento sobre a realidade de segurança industrial. De uma maneira geral, os cipistas ou ex-cipistas entrevistados (todos sindicalizados, muitos deles ex-integrantes ou integrantes da diretoria do sindicato) têm um conhecimento insatisfatório sobre o real quadro de riscos das unidades operacionais. Mesmo a CIPA, da qual fazem parte, sequer tem acesso ao controle das variáveis de risco, como temperatura, ruído, etc. Esta é, sem dúvida, uma área de sensibilidade nas empresas, até aqui pouco afeitas (mesmo as estatais) a discuti-la com total transparência com o movimento sindical.

A temática do desgaste operário parece, então, relegada a um segundo plano de preocupação, mesmo no discurso dos militantes cipistas; em verdade, só num passado recente é que os trabalhadores começaram a atentar melhor para os temas relativos à segurança, saúde e meio ambiente. De fato, tem sido marcante a preponderância das lutas econômicas no movimento sindical, o que também ajuda a explicar o distanciamento dos trabalhadores da Empresa dos temas relativos ao desgaste operário. É destacável que isso se dê nessa Empresa, reconhecida pela forte participação dos seus trabalhadores, principalmente os operadores, no sindicato e nas mobilizações da categoria. Mesmo no Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Petroquímicos, a politização do discurso sobre o desgaste do trabalhador começou a ganhar corpo apenas em 1987 quando se formou a Comissão de Saúde e, mais recentemente, 1990, com a comoção social em torno das mortes e incidências de leucopenia entre petroquímicos.

A análise dos dados relativos aos acidentes de trabalho, colocou-me frente a importantes dificuldades. Em primeiro lugar, não tive acesso à descrição dos casos individualizados; as informações foram fornecidas de maneira agregada o que não me permitiu analisar o quadro acidentário da fábrica com maior liberdade para estabelecimento de relações entre diferentes dimensões do problema. Segundo, as informações não foram obtidas para todos os anos; com isso não foi possível fazer uma descrição uniforme para todo o período de funcionamento da Empresa. Terceiro, careci de dados sobre os trabalhadores de empreiteiras; nesse sentido, o quadro acidentário refletiu apenas a realidade do desgaste dos trabalhadores contratados diretamente pela Empresa. Quarto, foram escassos dados comparativos entre diferentes momentos na trajetória tecnológica, organizacional e sindical na Empresa; isto restringiu ainda mais a análise.

Estas dificuldades, no entanto, não impediram de inferir algumas conclusões que creio significativas. A primeira delas diz respeito à magnitude do problema. Assim, no período em que foi possível dispor de dados¹, nunca menos que 7,0% da força de trabalho foi atingida, chegando, em 1988, a acidentarem-se 16,3% dos seus trabalhadores. Comparando-se com o Pólo como um conjunto, observei que em 1987 ali se acidentou perto de 10,0% da sua força de trabalho. Neste ano, a Empresa ultrapassou essa média, lesando 12,4% de sua mão-de-obra.

Ao observar a distribuição dos acidentes de trabalho pelos diversos setores da Empresa, verifiquei que os serviços gerais (carpintaria, marcenaria, jardinagem, etc.) e a Uréia II eram os setores que mais acidentavam a força de trabalho da fábrica. Os trabalhadores de serviços gerais pareciam sujeitos a acidentes de menor gravidade, que não requeriam o afastamento dos seus postos. Tudo indica que a falta de treinamento adequado dessa mão-de-obra e a sua baixa escolaridade (que deve dificultar até mesmo a apreensão das informações fornecidas nos cursos de treinamento) sejam os responsáveis pela alta acidentabilidade desse setor. O maior número de acidentes na unidade de Uréia II induz a inferir que os setores com grandes capacidades produtivas estão também sujeitos a maiores riscos, dada a grande quantidade de produtos a ser processada, o que requer um maior gasto de energia, temperatura e pressão para o processamento do maior volume de produtos.

Fatores de gestão da segurança no trabalho são também determinantes para a compreensão da maior acidentabilidade neste setor. A Uréia II é uma planta com uma manutenção muito precária; prescindin-

¹ Obtivemos os dados de acidentes por setores da fábrica e taxas de gravidade e frequência para os anos de 1985 a 1990; para traçar um perfil dos acidentados e para caracterizar os acidentes conseguimos dados de 1988 a 1990.

do de higiene industrial; é comum encontrar pisos, plataformas e escadas oleosas, o que sujeita a mão-de-obra que por ali transita a sofrer quedas, escorregos e outros acidentes.

De acordo com a distribuição temporal dos acidentes, 1988 foi o ano que mais acidentou a força de trabalho da fábrica, outra vez, tanto por fatores técnicos, quanto por fatores de gestão. Neste ano, quatro unidades pararam para manutenção, ao tempo em que também se dava o desengargalamento da Amônia II e o início do enxugamento do pessoal da Divisão de Manutenção. Como se não bastasse, nesse ano a Empresa alterou a sua filosofia de segurança, restringindo a presença dos inspetores de segurança ao horário administrativo e eliminando as brigadas de emergência.

Embora os dados apontem claramente para o aumento do número de acidentes nas áreas operacional e de manutenção, a força de trabalho mais lesada em 1988 foi a do Setor de Serviços Gerais - nada menos que 18 trabalhadores (15,0%) se acidentaram. Esse quadro parece sugerir que a acidentabilidade cresceu generalizadamente na fábrica neste ano. Isto, certamente decorreu da confluência dos fatores técnicos antes destacados; entretanto, não se deve esquecer que, também em 1988 ocorreram importantes mudanças na filosofia e política institucional de gestão do risco.

Nos anos seguintes, 1989 e 1990, o número de acidentes caiu significativamente, refletindo a maior adaptação às mudanças de organização e gestão que se processavam. Por outro lado, a implantação da quinta turma, em 1989, contribuiu para amenizar o "stress" associado às condições do trabalho de turno, influenciando na redução do número de acidentes.

Apesar de não dispor do total de acidentes por tipo (trajeto e típico) ocorridos na fábrica de 1985 a 1987, verifiquei que, no intervalo de 1988 a 1990, a participação relativa dos trabalhadores que sofreram acidentes de trajeto foi pequena em relação àqueles que foram vítimas por acidentes típicos; estes últimos perfizeram mais de 70,0% dos acidentes ocorridos em todos os anos.

Quanto ao perfil do trabalhador acidentado, posso afirmar que é um indivíduo adulto, com idade superior a 31 anos, com uma significativa experiência fabril, uma vez que está empregado na Empresa há mais de 10 e menos de 16 anos; aquele que se acidenta sem se afastar do trabalho desenvolve suas atividades nos serviços gerais. Já o operador de processo é quem mais sofre os acidentes mais graves, levando-o ao afastamento; também o trabalhador de manutenção geral e mecânica está sujeito a elevado número de acidentes com afastamento.

Considerando a sua distribuição por regime de trabalho, os acidentes de trabalho, em 1988 e 1989, aconteceram em maior proporção entre trabalhadores sujeitos ao regime de turno; 13,8% e 8,21% deles,

respectivamente, foram lesados. Já em 1990, o número relativo de trabalhadores acidentados que trabalhavam em regime de turno (6,9%) foi praticamente idêntico ao daqueles que trabalhavam no horário administrativo (6,6%); talvez devido ao mero aumento do pessoal em regime administrativo com a transferência dos empregados do Escritório Central de Salvador para a fábrica, em Camaçari.

Os acidentes ocorreram preponderantemente na produção e nas oficinas; seus principais agentes causadores foram os equipamentos, materiais, produtos químicos e ferramentas.

Sobre a natureza dos acidentes, pude perceber que os tipos de lesões que mais afetaram os trabalhadores foram contusões, esmagamentos, distensões, torções e queimaduras químicas. Isto demonstra que na petroquímica baiana são ainda decisivos os esforços físicos que levam à interrupção brusca da dinâmica corporal, em que pese a elevada modernidade tecnológica desse tipo de indústria. Sugere, também, que o trabalhador petroquímico está exposto a múltiplas cargas: mecânicas, como os esforços físicos; fisiológicas, como o trabalho de turno (o maior número de acidentes ocorre com aqueles sob regime de turno na Empresa); físicas, como a exposição à produtos químicos (uma constante na fábrica, agravada pelos vazamentos); e psíquicas, dado o stress do trabalho na área operacional, o regime de turno, etc.

Quanto aos coeficientes de frequência e gravidade da Empresa, convém destacar que estão bastante acima dos valores comparativos adotados por entidades nacionais e internacionais para o setor químico e petroquímico, respectivamente da ordem de 7 a 8 e 150. Este traço não é característica apenas da Empresa estudada, ocorrendo com as demais plantas do Pólo de Camaçari; todas elas apresentaram coeficientes de frequência superiores aos padrões nacionais e internacionais. Apesar disso, é espantoso que a taxa de frequência dos acidentes ocorridos em 1987 no grupo das petroquímicas baianas (37,14) tenha sido quase a metade da taxa alcançada pela Empresa nesse mesmo ano (69,99). No que diz respeito às taxas de gravidade, na Bahia apenas as empresas químicas enquadram-se no limite adotado como padrão; todos os outros grupos apresentam coeficientes de gravidade superiores a 150, sendo notável a distância entre a taxa da Empresa (4778) e a taxa média das petroquímicas (447), especialmente em 1987, devido à ocorrência de acidente de carro que resultou na morte de um motorista.

Vários entrevistados (operadores, cipistas, chefes de unidades, chefe do órgão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente da Empresa, etc), tenderam a atribuir a razão dos maiores índices de acidentes de trabalho na Empresa ao fato de que a mesma os registraria de modo mais rigoroso e sistemático, o que não ocorreria com outras empresas do Pólo de Camaçari. A transparência de gestão estatal estaria no fundo da explicação. Acredito que, além do padrão de gestão estatal da infor-

mação, também a organização coletiva na fábrica seja um fator que tenha pressionado a Empresa à mais adequada enumeração dos agravos aos seus trabalhadores.

Entretanto, conquanto as taxas tão elevadas indiquem a correta enumeração do fenômeno, não basta elogiar o registro sistemático; resta explicar e agir sobre indicadores de tamanha gravidade. E isso, como vimos até aqui, parece estar fortemente associado a fatores já abordados, como: a natureza do processo produtivo, a frequência e amplitude das paradas de manutenção, as mudanças na filosofia de segurança, as mudanças nas condições de trabalho decorrentes da quinta turma.

Todos esses dados parecem convergir para indicar o quão oneroso é, para seus trabalhadores, o trabalho na indústria petroquímica baiana. O estudo da Empresa sugeriu que os fatores materiais e simbólicos, compensatórios do gasto físico e mental dispendido no processo de trabalho, estiveram centrados no tipo de gestão paternalista que caracterizou a Empresa por um longo período; eles se associavam à quantidade e qualidade dos benefícios sociais concedidos pela Empresa e à gestão democrática e participativa decorrente da sua condição de estatal.

Entretanto, este período findou-se. Resta agora uma nova conformação das relações industriais, que, não apenas encontre novos mecanismos compensatórios do desgaste operário, como também faça do próprio desgaste um foco permanente de observação e controle. A recente comoção social em torno da morte por leucopenia de um médico do trabalho da Nitrocarbono, outra empresa do Pólo de Camaçari, fato subsequente à morte de um outro trabalhador daquela empresa, desencadeou uma conjuntura tensa e rica em ações (que marcou inclusive nacionalmente os meses de junho e julho de 1990); ela pareceu inaugurar um novo período nas relações entre o patronato e o Sindicato, pondo as questões de segurança, saúde e meio ambiente na ordem do dia das negociações coletivas.

Isso, sem dúvida, abre um novo horizonte para as ações e representações sobre o desgaste entre os petroquímicos. Nesse momento, a saúde do trabalhador e a preservação do ambiente tornaram-se questões socialmente relevantes, deixando de ser apenas parte da pauta dos embates entre sindicalistas e dirigentes empresariais.